

Editorial

Para enfrentar a volatilidade atual do mercado, reduzir os riscos e dar mais segurança para os participantes, a Funpresp-Exe está diversificando suas carteiras de investimento. A partir de um processo licitatório, cinco instituições foram contratadas para administrar uma parcela de investimentos dos planos de benefícios administrativos pela Fundação.

Instituições sólidas como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Western e Santander vão administrar cada uma R\$ 14 milhões. Elas utilizarão fundos de investimento exclusivos, a partir das diretrizes da Política de investimentos aprovada pelo conselho Deliberativo da Fundação.

Outra medida importante foi a criação de carteira própria da Funpresp-Exe na ordem de R\$ 90 milhões que serão aplicados em títulos públicos federais, como ação de redução de despesas na gestão desse valor.

Com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais a gerência dos planos e definir novas ações para os próximos quatro anos, diretores, gerentes, representantes dos Conselhos fiscais e deliberativos e dos comitês de assessoramento técnico estiveram reunidos em agosto. Na pauta conjuntura econômica atual, perspectivas futuras e finanças comportamentais.

São ações que comprovam o empenho da Funpresp-Exe em buscar sempre as melhores práticas do mercado para valorizar os recursos dos seus participantes.

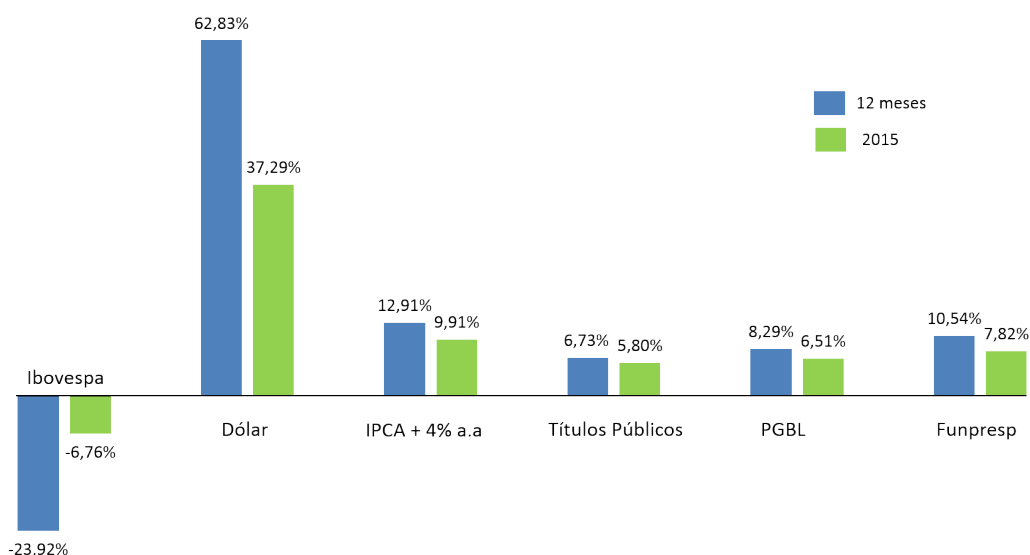
Para quem pretende contribuir facultativamente para seu plano de previdência complementar, aproveite para lembrar que para fins de dedução no Imposto de Renda, os valores podem ser aportados ao longo do ano. Assim, não precisa aguardar o mês de dezembro para fazer suas contribuições extraordinárias.

Boa Leitura!

Ricardo Pena
Diretor-Presidente da Funpresp-Exe

Rentabilidade da carteira de investimentos dos planos chega a 7,82% em oito meses

A carteira de investimentos da Funpresp-Exe teve rentabilidade de 7,82% nos oito primeiros meses de 2015. Considerando os últimos 12 meses, a carteira obteve rentabilidade de 10,54%. O período foi marcado por bastante volatilidade, influenciado, principalmente pelas incertezas trazidas pela China. As bolsas refletiram fortes quedas no período em função dos dados econômicos chineses, que apontam para uma desaceleração do crescimento mais forte do que se esperava inicialmente. A carteira de investimentos da Funpresp-Exe, cujo total é R\$ 160 milhões, superou os desafios, mantendo o perfil de investimentos voltado para a capitalização da renda dos participantes quando de suas respectivas aposentadorias.



Funpresp-Exe implementa a gestão de investimentos por meio de carteira terceirizada e carteira própria

A Funpresp-Exe diversificou, a partir de 1º de julho, a sua estrutura de gestão dos investimentos dos planos. Por meio de processo licitatório concorrencial, foram contratadas cinco instituições de grande porte para administrar parcela dos investimentos dos planos de benefícios administrados pela fundação – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Western e Santander. Cada uma dessas instituições recebeu ao redor de R\$ 14 milhões (8,75% dos recursos totais), totalizando aproximadamente R\$ 70 milhões.

Essas instituições utilizarão fundos de investimento multimercado exclusivos que obedecem e são fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM que divulga diariamente e de forma independente informações sobre esses fundos em seu site na internet – www.cvm.gov.br. Ainda no dia 01/07, Fundação criou a carteira própria na ordem de R\$ 90 milhões para aplicação em títulos públicos federais, como medida de redução de despesas de administração de recursos dos planos e ampliação da diversificação da gestão desses recursos. Diversificar implica redução da volatilidade e dos riscos dos investimentos e, consequentemente, maior segurança aos participantes.



Mantenha-se atualizado sobre as atividades e serviços da Funpresp-Exe nas redes sociais



twitter.com/Funpresp facebook.com/funprespexe youtube.com/user/Funpresp

Funpresp-Exe realiza segundo Seminário de Planejamento Estratégico de 2016

A Funpresp-Exe realizou nos dias 27 e 28 de agosto o II Seminário do Planejamento Estratégico da Entidade com a participação de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, membros dos Comitês de Assessoramento Técnico dos planos de benefícios e gerentes da Fundação.

Entre os objetivos do evento está o planejamento das ações para o período 2015-2019. As palestras do advogado Adacir Reis e do economista Aquiles Mosca abriram o seminário.

Adacir Reis, que foi secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, fez uma retrospectiva da evolução do setor no País, destacando o advento das leis complementares nº 108 e 109, de 2001, como marcos fundamentais para a organização e funcionamento do sistema de fundos de pensão. Falou também das recentes decisões dos Tribunais Superiores envolvendo a previdência privada (não aplicação do CDC) e da gestão dos riscos jurídicos como forma de melhorar a performance das EFPC.

Aquiles Mosca, que é estrategista de investimentos pessoais do Banco Santander, discorreu sobre a atual conjuntura econômica, perspectivas futuras e a relação entre as finanças comportamentais e a adesão automática a plano previdenciário.

Ele discutiu a aplicação de dois efeitos da economia comportamental aplicada a participação em previdência privada, que são o viés de aversão à perda, que ajuda a produzir inércia e um forte desejo nas pessoas de não mexer no que possui no momento e o viés de status quo, em que as pessoas tem a percepção de desvantagens de sair da posição atual em detrimento da perspectiva de vantagens em aderir a plano previdenciário.

Ele citou como exemplo os programas “Save More Tomorrow” e “Keep the Change Savings” adotados no Estados Unidos como forma de romper esses vieses e incentivar os trabalhadores a formarem uma poupança previdenciária.

O debate iniciou-se no primeiro seminário realizado em julho/2015 com previsão para se concluir até dezembro com a aprovação pelo Conselho Deliberativo.

15 Maiores % de adesões, por patrocinadores

PATROCINADORES	Ingressos	Adesões	% Adesões
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	61	56	91,8%
MINISTERIO DO DESENV SOCIAL E COMB FOME	182	158	86,8%
MINISTERIO DO PLANEJ.,ORCAMENTO E GESTAO	97	81	83,5%
MINIST.DO DESENV.INDUST.E COMER.EXTERIOR	135	109	80,7%
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	78	62	79,5%
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	62	49	79,0%
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	273	211	77,3%
SUP.DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	58	43	74,1%
FUND COORD APERF PESSOAL NIVEL SUPERIOR	139	103	74,1%
BANCO CENTRAL DO BRASIL	446	329	73,8%
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	84	62	73,8%
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	83	58	69,9%
MINISTERIO DA FAZENDA	1574	1071	68,0%
INST.NACIONAL DE EST.E PESQ.EDUCACIONAIS	157	106	67,5%
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	320	216	67,5%

Base: SIAPE de 21ago de 2015/Fonte: CGDMS/SEGEP/MP
Obs. Considera órgãos com mais de 50 ingressos e % de adesão abaixo de 10%.



Ricardo Pena faz abertura do Segundo Seminário de Planejamento Estratégico



Os dirigentes, reunidos em mesas de diálogo, trabalharam na definição da missão

Justiça decide enquadrar ex-servidores estadual, municipal e militar no RPC

A Justiça Federal confirmou o parecer da Advocacia Geral da União (AGU) e decidiu que servidores públicos de outros entes da federação devem ser enquadrados no novo regime de previdência ao tomarem posse em cargo efetivo após a vigência da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp-Exe. A ação movida pelos servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi julgada improcedente pela Justiça Federal de Minas Gerais. Os servidores da Fiocruz queriam ser enquadrados no Regime Geral de Previdência Social, que vigorou até a implantação da Funpresp-Exe. Eles argumentaram que já eram servidores públicos estaduais ou municipais antes de ingressarem no serviço público federal, condição que os enquadrava na regra de transição prevista na Constituição.

O juiz federal responsável pelo processo, João Miguel Coelho dos Anjos, acolheu os argumentos da AGU. O juiz escreveu na sentença: “É irrelevante que o § 16 do art. 40 da CF/88 refira-se amplamente a ‘serviço público’, pois, como já anotado, a definição do serviço público a que se refere, se federal, estadual ou municipal, deve ser extraída da expressão correspondente regime de previdência complementar”. O juiz ressaltou que não há proteção jurídica na hipótese “em que o servidor abdica do regime jurídico de um ente federativo para se submeter a novo regime jurídico de um outro ente da federação”.

Ex-militar da União - A 17ª Vara Federal de São Paulo negou pedido de servidor da Receita Federal que postulava seu enquadramento jurídico no antigo regime de previdência dos servidores da União. A sentença confirma o entendimento da AGU no sentido de que “o servidor do Poder Executivo oriundo de posto militar que toma posse no cargo civil depois de 04/02/2013 deve ser enquadrado no novo regime de previdência da União e não no regime antigo, até porque, enquanto militar, ele não contribuía para o regime próprio de previdência social dos servidores civis, mas apenas para pensão por morte”. O juiz federal Marcelo Guerra Martins, entendeu que “o regime jurídico dos servidores públicos e o dos militares são distintos, autônomos e incomunicáveis”, concluindo que, “se não há comunicação, a entrada do impetrante no serviço civil, perante a Receita Federal, deve ser considerada como inaugural. E como isso ocorreu posteriormente à Lei nº 12.618/2012, encontra-se correta sua vinculação ao RPPS e à Funpresp-Exe”.

Jovem no primeiro emprego adere à Funpresp-Exe

Amanda Coqueiro Gregório tomou posse no dia 21/07 no Banco Central e levou apenas um dia para aderir ao Plano de Benefícios ExecPrev. Com apenas 23 anos, a técnica administrativa ingressou em seu primeiro emprego já planejando o futuro. Segundo Amanda, aderir a um plano de previdência complementar é uma decisão que influencia na qualidade e o padrão de vida a longo prazo.

Tinha algum plano de previdência complementar anterior?

Como é meu primeiro emprego, não tinha nenhum plano de previdência complementar.

Qual a importância de realizar um plano de previdência complementar sendo tão jovem?

Com as novas regras de aposentadoria para os servidores públicos que ingressaram a partir de 2013, houve a necessidade de fazer adesão a algum tipo de complementação da remuneração para que, na aposentadoria, não houvesse uma ruptura na qualidade e do padrão de vida, dos planos almejados e da continuidade dos já realizados. Dessa forma, fazer um plano de previdência complementar ainda jovem é garantir a consecução de planos e sonhos a longo prazo.

Você já tinha informação sobre a Funpresp-Exe antes de ingressar no BC?

O primeiro contato que tive com a Funpresp-Exe foi no meu curso de formação, em fevereiro de 2014. Antes, a única informação que sabia era bem superficial.

Você recomendaria o plano de benefícios ExecPrev para seus colegas?

Sim, na verdade até ajudei meus colegas de trabalho a ingressar na Funpresp, sanando suas dúvidas com as informações que adquiri nas palestras do curso de formação. Apesar de existir a Centrus, o plano de previdência complementar do Banco Central, que é bem sólido e atrativo, a Funpresp-Exe acaba chamando mais atenção por haver a contribuição do patrocinador e a opção pelo regime regressivo de tributação do Imposto de Renda.

Quais as suas expectativas futuras com o BC?

O servidor público é estigmatizado como o acomodado, o que pouco faz. Espero tirar esse estigma, contribuindo de forma eficiente para o alcance da missão institucional do órgão, podendo ser útil em qualquer área que atue. Espero, no futuro, contribuir com essa casa em outro patamar, como Analista.

Contribuição facultativa para dedução de Imposto de Renda já pode ser feita a qualquer momento

Os participantes que pretendem fazer contribuição facultativa visando dedução no Imposto de Renda em 2016 não precisam aguardar dezembro/2015 para fazer o aporte. As contribuições facultativas, sem contrapartida do Patrocinador, têm caráter voluntário e podem ser realizadas mensalmente desde já, com qualquer valor. A legislação tributária permite a dedução da contribuição à Previdência Complementar da base de cálculo do imposto, até o limite de 12% da renda bruta anual.

Para fazer a contribuição facultativa, o participante deve acessar www.funpresp.com.br, o link Plano de Benefícios e depois Formulários, e em seguida o "Requerimento de Contribuição Facultativa". O participante deve preencher e enviar, por e-mail, para a Gerência de Arrecadação e Cadastro (gearc@funpresp.com.br). Posteriormente, a gerência encaminhará o boleto bancário para recolhimento da contribuição.

Dedução IRPF - O demonstrativo das contribuições facultativas será enviado pela Fundação, por via postal, até fevereiro/2016. Os participantes que fazem recolhimento mensal descontado na folha de pagamento vão receber seu demonstrativo no próprio órgão para declaração do IRPF.

Curtas

Cadastro

Mantenha o cadastro atualizado junto à Funpresp-Exe. Alterações em telefone, endereço ou email devem ser encaminhadas à Fundação para gearc@funpresp.com.br.

Sala do Participante

Na página da Funpresp-Exe é possível acessar a "Sala do Participante". O espaço conta com informações como o extrato individualizado, o saldo acumulado da reserva individual e certi cado de adesão. Para o primeiro acesso é preciso preencher um breve cadastro. As informações devem ser colocadas sem acentuação gráfica ou "ç".



"Fazer um plano de previdência complementar ainda jovem é garantir a consecução de planos e sonhos a longo prazo."

Amanda Gregório

CF aprova Relatório de Controle Interno

O Conselho Fiscal da Funpresp-Exe aprovou, por unanimidade, o Relatório de Controle Interno (RCI) da entidade relativo ao segundo semestre de 2014. Em reunião ordinária, realizada em 30/06, o Conselho também analisou as demonstrações contábeis da Fundação e aprovou seu plano de trabalho/2015 que contém todas as pautas das reuniões ordinárias até dezembro deste ano.

De acordo com o Marcelo Levy Perrucci, presidente do Conselho Fiscal e representante eleito pelos participantes, a aprovação do RCI dá uma visão ampla da entidade. "É importante para aprofundar o conhecimento da Funpresp-Exe e, consequentemente, aumentar nossa confiança na sua capacidade de gerir os recursos" destacou o presidente.

Conselho Fiscal - O conselho conta com quatro membros titulares, sendo dois representantes dos participantes e assistidos, incluindo o presidente, e outros dois representantes dos patrocinadores. A entidade visa promover maior segurança e transparência na gestão da Fundação junto aos participantes. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por mês.